

ATA N.º 174 / XII / 4.ª SL

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, sucessivamente, na sala 7, do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte, a Ordem do Dia (OD):

1. Informações.

2. Distribuição de Iniciativas:

Proposta de Resolução nº 111/XII/4ª – “Aprova o Acordo de Cooperação Marítima entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia, assinado em Ancara, a 23 de outubro de 2014” (PCP)

3. Apreciação de Pareceres:

-Proposta de Resolução nº 89/XII/4ª – “Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique no Domínio da Defesa, assinado na Cidade de Maputo, em 4 de julho de 2012”.

Deputado Relator, Paulo Pisco (PS)

-Proposta de Resolução nº 90/XII/4ª – “Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique no Domínio da Autoridade e Segurança Aquática, assinado na Cidade do Maputo, em 6 de julho de 2012”.

Deputado Relator, Paulo Pisco (PS)

-Proposta de Resolução nº 99/XII/4ª – “Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e os Estados Unidos Mexicanos no domínio da Redução da Procura e da Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, assinado na Cidade do México, em 16 de outubro de 2013”

Deputada Relatora, Glória Araújo (PS)

-Proposta de Resolução nº 106/XII/4ª - “Aprova o Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República da Guiné Equatorial, assinado em Lisboa, em 15 de maio de 2014”.

Deputado Relator, Carlos Páscoa Gonçalves (PSD).

4. Apreciação do Relatório Final da Petição nº416/XII/3ª – “Solicita alteração ao Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos e Imunidades da Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT) - invalidade da reserva formulada por Portugal”.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Deputado Relator, António Rodrigues (PSD)

5. Aprovação das Atas:

Nº 165, de 17 de janeiro de 2015; Nº
166, de 4 de fevereiro de 2015; Nº
168, de 10 de fevereiro de 2015.

6. Outros assuntos.

Presidiu aos trabalhos, por impossibilidade do Presidente da Comissão, o Vice-Presidente, o **Senhor Deputado Carlos Gonçalves**, que abriu a reunião transmitindo aos Senhores Deputados presentes as seguintes Informações (**Ponto 1.**):

- Realização no Parlamento, no próximo dia 27 de março, pelas 15 horas, de um Workshop sobre Financiamento do Desenvolvimento e a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento, organizado pela Aid Watch - Plataforma portuguesa das ONGD;
- Encontro bilateral dos Presidentes da CNECP e CAE com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Geórgia, no próximo **dia 7 de abril**, pelas **18 horas**, a qual está aberta à participação dos Senhores Deputados que assim o entendam;
- Visita protocolar da Senhora Embaixadora portuguesa em Budapeste, Maria José Morais Pires, que reunirá com o Senhor Presidente da Comissão, no próximo dia 31 de março, pelas 15 horas;
- Comunicação de Despacho da Senhora Presidente da Assembleia da República que redistribuiu a Proposta de Resolução (PPR) n.º 98/XII/4.^a, referente ao Tribunal Europeu de Patentes, conjuntamente à 2.^a e 4.^a Comissões.

Relativamente a este último tópico das Informações, pediu a palavra o **Senhor Deputado António Rodrigues (PSD)**, referindo tratar-se de uma situação nunca antes verificada nesta Comissão, não entendendo o requerimento da 4.^a Comissão para alteração da distribuição. Acresce o desfasamento temporal do requerido pela 4.^a Comissão, dado ter sido distribuído à 2.^a Comissão em novembro do ano passado, sem que à data aquela Comissão tivesse manifestado interesse na apreciação da medida.

Interveio a **Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS)** que, enquanto Relatora desta iniciativa sublinhou que a pendência da mesma apenas se ficou a dever à decisão unânime desta Comissão, de aguardar um parecer sobre o tema elaborado pela Deloitte, a pedido da CIP, cuja remessa, recente, a esta Comissão, criou as condições para que o respetivo Relatório pudesse vir a ser agendado para uma das próximas reuniões.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Interveio a **Senhora Deputada Carla Cruz (PCP)** que compreendeu e acompanhou o requerimento da 4.^a Comissão, atenta a relevância da matéria para outras Comissões Permanentes. Sublinhou que esta matéria não teve a discussão que deveria ter tido, embora ainda haja tempo de fazê-la.

Seguidamente, o **Senhor Deputado Alberto Martins** considerou insólito o procedimento da 4.^a comissão numa fase tão avançada da avaliação da medida, embora lhe reconheça relevância e importância suficientes para, por exemplo, ser igualmente apreciada pela 1.^a Comissão.

Retomou a palavra o **Senhor Deputado António Rodrigues (PSD)** para sublinhar não estar em causa quaisquer atrasos, antecipações ou pressas no trabalho a produzir na 2.^a Comissão, tão somente, realçar a estranheza pelo facto de o presente requerimento ter surgido cinco meses após a entrada da iniciativa no Parlamento.

Seguidamente, requereu o **Senhor Deputado António Rodrigues (PSD)**, enquanto Relator da Petição nº416/XII/3^a, a que se refere o **Ponto 4.** da OD, que a ordem de discussão projetada pudesse ser alterada, no sentido de privilegiar a imediata apresentação e votação do Parecer respetivo, dado ter de se deslocar para a reunião, iniciada à mesma hora que a presente, na 4.^a Comissão. Na ausência de objeções, o senhor Vice-Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Relator a apresentar o seu Parecer, salientando este que, da análise efetuada, resulta evidente que a reserva aposta pelo Estado português aquando da adesão à Convenção em apreço é ilegal e até injusta, face a colaboradores da organização em causa, de outras nacionalidades. Fez notar que a situação gerada nasceu desde o primeiro momento da adesão formal de Portugal àquele instrumento normativo, tendo conhecimento da existência de outros estados signatários que, perante tal situação, vetam a aceitação de colaboradores portugueses. Terminou, referindo que o Parlamento não tem competência para acionar a reversão da reserva, pese embora subsista sempre a suscetibilidade do interessado recorrer aos tribunais.

Interveio o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** que, tendo felicitado o zelo colocado na elaboração da peça apresentada, salientou estar em causa a imagem do Estado português que pode vir a se racionado judicialmente. Sugeriu, ainda, que nas Conclusões do Parecer, conste igualmente o Governo como destinatário das conclusões ora apresentadas.

Colhida a concordância do Senhor Deputado Relator, relativamente à sugestão do PS, o texto revisto foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

Passando ao **Ponto 3.** da OD, pediu a palavra o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)**, explicando que a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino, Relatora das PPR números 89 e 90, não pode vir apresentá-las, dado encontrar-se na sessão de hoje da Comissão Parlamentar de Inquérito ao BES. Mais requereu, ainda, a apresentação em simultâneo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

dos Relatórios de ambas as iniciativas. Não tendo sido registada qualquer objeção, procedeu, então, à apresentação dos Relatórios, explicando com adequado desenvolvimento as suas ideias principais. Salientou, a propósito da PPR n.º 89, a possibilidade de, por via de instrumento próprio a fixar, poderem militares moçambicanos vir a integrar contingentes portugueses alocados a missões humanitárias e de paz. Relativamente à PPR n.º 90, destacou a relevância e o impacto, até do ponto de vista social, que a implementação do acordo pode propiciar. Concluiu, sublinhando que ambas as iniciativas estão em condições de serem submetidas à aprovação do Plenário.

Interveio de seguida a **Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD)** para felicitar a qualidade do trabalho apresentado, sinalizando, ainda, a relevância destas matérias no quadro da cooperação bilateral com Moçambique que se pretende ver aprofundada.

Tomou a palavra o **Senhor Vice-Presidente** para felicitar Relatora e Apresentante do Projeto de Relatório, tendo-o submetido à votação da Comissão, resultando na sua aprovação por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

Seguiu-se a apresentação da PPR n.º 99/XII/4.^a, a cargo da **Senhora Deputada Glória Araújo (PS)**, expondo a matéria em apreço, tendo concluindo pela utilidade e adequabilidade do Acordo em causa, reunindo, por isso, condições de ser submetido à aprovação do Plenário.

Interveio a **Senhora Deputada Ester Vargas (PSD)** para felicitar a Relatora pelo trabalho apresentado de forma clara e sucinta. Salientou a relevância da matéria objeto do Acordo e o desejo que Acordos semelhantes possam vir a ser replicados com outros Estados.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

Seguiu-se a apresentação e discussão da PPR n.º 106/XII/4.^a, tendo por Relator o Senhor Deputado **Carlos Páscoa (PSD)** que circunstanciou a sua apresentação com base na motivação e antecedentes próximos do relacionamento de Portugal e da Guiné-Equatorial, no quadro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), salientando o impulso que o presente Acordo poderá trazer ao relacionamento bilateral. Concluiu, com o entendimento de que a Proposta de Resolução em apreço está em condições de ser votada em Plenário.

Pediu a palavra o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)**, felicitando o autor do Relatório pelo trabalho realizado. Apesar da recente adesão da Guiné-Equatorial à CPLP, lembrou que este Relatório tem apenas a ver com um Acordo de transporte aéreo e nada mais. Contudo, salientou o papel que o presente Acordo pode vir a ter no futuro da CPLP,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

considerando as dúvidas sobre o respeito dos Direitos Humanos que estiveram presentes no respetivo processo de adesão.

Interveio a **Senhora Deputada Helena Pinto (BE)** para informar que, atenta as reservas que merecem ao BE o regime político vigente na Guiné-Equatorial, este Grupo Parlamentar irá abster-se na votação deste Relatório.

Uma vez submetido à votação, o relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do BE.

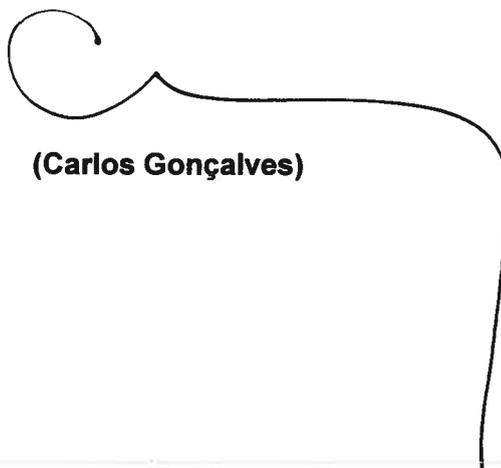
Relativamente ao **Ponto 5.** da OD, interveio o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)**, para assinalar uma incorreção no teor da Ata n.º 168, a qual, na sua página 5, não reproduziu uma intervenção sua, ocorrida logo a seguir à registada para o Senhor Deputado Carlos Páscoa (PSD). Por tal motivo, a aludida ata foi retirada do rol de documentos a aprovar nesta sessão, ficando os Serviços da Comissão encarregados de proceder à respetiva verificação, eventual correção e posterior reagendamento.

Submetidas à votação, todas as restantes Atas foram aprovadas por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

Nada mais havendo a registar, o Senhor Vice-Presidente agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, cerca das dezassete horas e cinco minutos.

Palácio de S. Bento, 24 de Março de 2015.

O Vice-Presidente da Comissão,



(Carlos Gonçalves)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores

Deputados: Alberto Martins

Carla Cruz

Carlos Alberto Gonçalves

Carlos Páscoa Gonçalves

Celeste Correia

Feliciano Barreiras

Duarte Filipe Lobo D'

Ávila Glória Araújo

Helena Pinto

Maria Ester Vargas

Maria Gabriela Canavilhas

Maria José Moreno

Maria Manuela Tender

Mário Magalhães

Nuno Magalhães

Paulo Pisco

Ângela Guerra

António Rodrigues

José Lino Ramos

Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sérgio Sousa Pinto



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira

Maria de Belém Roseira

Maria João Ávila

Ricardo Baptista Leite

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 31/03/2015, existindo registo áudio disponível em:

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/ CNECP_20150324.mp3

